



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS REALEZA  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSO EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS  
NATURAIS E SOCIEDADE**

**O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO DA  
EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**SÔNIA ROSELI ERTEL**

**REALEZA  
2018**

**SÔNIA ROSELI ERTEL**

**O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO DA  
EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Monografia apresentada como exigência do programa de pós-graduação *Lato-senso* em Educação em Ciências Naturais e Sociedade da Universidade Federal da Fronteira Sul para a obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Andreia F. Eduardo de Deus

REALEZA

2018

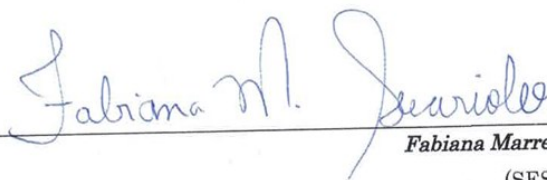
**SÔNIA ROSELI ERTEL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como requisito para obtenção do grau de **ESPECIALISTA** em **Educação em Ciências Naturais e Sociedade** na UFFS, campus Realeza/PR.

Orientadora: *Profa. Ma. Andréia Florêncio Eduardo*


Este trabalho de TCC foi defendido e aprovado pela banca em 27 **de outubro de 2018**.

BANCA EXAMINADORA:



**Fabiana Marreto Secariolo**  
(SESI/Toledo/PR)

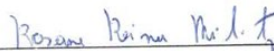
UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL  
Campus Realeza  
CNPJ: 11.234.780/0001-50  
Fone: (46) 35438300  
Rodovia PR 182, km 466  
Realeza-PR



**Ivone Vieira Alves Oenning**  
(Colégio Estadual Princesa Izabel/Três Barras/PR)



**Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia**  
(UFFS/Realeza/PR)



**Rosane Reina Militz**  
(pós-graduanda/PPGECNS/UFFS/Realeza/PR)

Ertel, Sonia Roseli

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO  
CAMPO: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO /  
Sonia Roseli Ertel. -- 2018.

41 PG f.:il.

Orientadora: MESTRE EM EDUCAÇÃO Andreia Florêncio Eduardo de  
Deus.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) Universidade Fe-  
deral da Fronteira Sul, Especialização em Ciências Naturais e Soci-  
idade, Realeza, PR , 2018.

1. FORMAÇÃO DE PROFESSORES. I. Deus, Andreia  
Florêncio Eduardo de, orient. II. Universidade Federal da Fronteira  
Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados for-  
necidos pelo(a) autor(a).



## **Resumo**

Através de pesquisa investigativa junto aos 10 professores atuantes no ano de 2017 na Casa Familiar Rural (CFR) localizada no município de Três Barras do Paraná, buscamos compreender o processo formativo para a Educação do Campo através dos seguintes questionamentos: O processo formativo docente condiz com a necessidade de conhecimento social; com um projeto de educação e de sociedade na perspectiva de estabelecimento de relações entre os sujeitos e o meio; com o desenvolvimento de habilidades profissionais baseada na ciência, nas possibilidades tecnológicas a favor do trabalho e da preservação ambiental e aos princípios sociais da coletividade? Constatamos a dificuldade dos professores da Educação do Campo em se reconhecerem enquanto atores sociais do meio onde vivem e de apresentar aos seus alunos possibilidades de qualidade de vida no campo. A partir desta constatação levamos aos professores a proposta de intervenção, que está em andamento, a qual dialoga com a prática cotidiana do professor, contextualizada e relacionada ao conceito de campo no decorrer da história. As atividades de intervenção ocorrem quinzenalmente junto aos 10 professores da CFR e foi estendida a mais 08 professores da educação do campo do município de Três Barras do Paraná. A proposta é uma parceria entre a Universidade Federal Fronteira Sul – Campos Realeza, Movimento Social Sem Terra e Colégio Estadual Princesa Izabel. Os encontros são dirigidos pelos professores da Universidade Federal Fronteira Sul – Campos Realeza que aceitaram o convite enquanto voluntários no projeto. A dinâmica utilizada nos encontros fica a critério do professor convidado, que explora temas definidos entre ele e as autoras do projeto, voltados a valorização do espaço do campo, enquanto qualidade de vida. Até o fechamento deste trabalho foram realizados 08 dos 12 encontros propostos e a finalização do projeto está prevista para março de 2018 e culminará em atividade de relato de experiência dos professores da Educação do Campo participantes do projeto. Optamos por esta metodologia por acreditarmos na parceria pública, devido aos seus interesses comuns de preservação e valorização da vida.

### **Palavras-chave**

Educação do Campo. Formação de Professores. Formação Continuada.

## **ABSTRACT**

Through research research with the ten teachers working in the Rural Family House (CFR) in the city of Três Barras do Paraná in 2017, we sought to understand the formative process for Field Education through the following questions: the need for social knowledge; with a project of education and society in the perspective of establishing relations between the subjects and the environment; with the development of professional skills based on science, technological possibilities in favor of work and environmental preservation and the social principles of the community? We note the difficulty of the teachers of the Field Education in recognizing themselves as social actors of the environment where they live and of presenting to their students possibilities of quality of life in the field. Based on this observation, we offer teachers the intervention proposal, which is in progress, which dialogues with the daily practice of the teacher, contextualized and related to the concept of field throughout history. The intervention activities take place biweekly with the 10 teachers of the CFR and was extended to another 08 teachers of the rural education of the municipality of Três Barras do Paraná. The proposal is a partnership between the Federal Frontier Southern University - Campos Realeza, Landless Social Movement and Princesa Izabel State College. The meetings are led by the professors of Fronteira Sul Federal University - Campos Realeza who accepted the invitation as volunteers in the project. The dynamics used in the meetings is at the discretion of the invited teacher, who explores themes defined between him and the authors of the project, aimed at valuing the countryside as a quality of life. Until the closing of this work, 08 of the 12 proposed meetings were held and the project is scheduled for completion in March 2018 and will culminate in the experience of the Field Education teachers participating in the project. We chose this methodology because we believe in the public partnership, due to their common interests of preservation and appreciation of life.

### **Key words**

Field Education. Teacher training. Continuing Education.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1.....	16
QUADRO 2.....	17
QUADRO 3.....	35



## **LISTA DE SIGLAS**

DCEs – Diretrizes Curriculares Estaduais

SEED - Secretaria de Estado da Educação

CRF - Casa Familiar Rural

P1 à P8 – Professor que respondeu a pesquisa

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>2 OS CONCEITOS DA EDUCAÇÃO CAMPO .....</b>	<b>12</b>
<b>3 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM PANORAMA SOBRE AS TESES E DISSERTAÇÕES PUBLICADAS NA CAPES.....</b>	<b>16</b>
<b>4 OS CAMINHOS DA PESQUISA.....</b>	<b>21</b>
4.1 A Educação do Campo nas vozes dos professores da CFR.....	22
4.2 Proposta de Formação Continuada aos Professores da CFR.....	33
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>37</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>39</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os professores da educação do campo, imersos na realidade local, voltada a efetivação de uma proposta curricular que visa à formação numa perspectiva emancipadora de sujeitos envolvidos integralmente na sociedade, necessitam de formação consistente que os fortaleçam na defesa da agroecologia e da valorização humana e na oposição a realidade que é praticamente, a regra de submissão do homem do campo ao agronegócio.

Enquanto professora pedagoga do Quadro Próprio do Magistério da Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná, atuando desde o ano de 2006 no Colégio Estadual Princesa Izabel – Ensino Fundamental, Médio e Normal de Três Barras do Paraná – PR, pertencente ao Núcleo Regional de Educação de Cascavel e Pós-Graduada em Educação em Ciências pela Universidade Federal Fronteira Sul – Campus de Realeza – Paraná. Vejo na pesquisa investigativa a oportunidade de um trabalho formativo junto aos professores da educação do campo, atuantes na Casa Familiar Rural (CFR) localizada a cerca de três quilômetros do Colégio Sede, acima identificado

A CFR de Três Barras do Paraná – PR atendeu no ano de 2017, duas turmas de Ensino Médio, sendo uma de 1º Ano e outra de 2º Ano. O currículo segue a pedagogia da alternância e tem convênio firmado com a prefeitura municipal de Três Barras do Paraná – PR, a qual é responsável pela contratação de monitores e auxiliar de serviços gerais para trabalhar na CFR e pela complementação das despesas de alimentação e infraestrutura.

Os professores da CFR são contratados pelo Regime do Edital anual dos professores Estaduais do Paraná, atendendo a Lei Complementar n.º 7, de 22 de dezembro de 1976, para o Quadro Próprio do Magistério, Lei Complementar n.º 108/2005 e pelo Decreto Estadual n.º 4.512/2009 para o trabalho temporário do Processo Seletivo Simplificado (PSS).

Aproximando às ideias do educador brasileiro Paulo Freire, pretendemos por meio deste trabalho de pesquisa desenvolvido junto aos dez professores que exercem à docência na CFR, compreender como as ações desenvolvidas na CFR fazem o diálogo com a teoria pedagógica para articular seu embasamento teórico às especificidades da Educação do Campo.

Para Freire (1987), no atual contexto de autoritarismo e repressão pelos donos dos meios de produção sobre a classe trabalhadora, a superação da realidade de exploração se dá na compreensão da condição de explorado e na busca constante de superação desta, a qual segundo o autor não deve ser solitária e sim dar-se de forma organizada pelo coletivo.

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) atual mantenedora da CFR, ao tratar da questão pedagógica da instituição propõe em sua Diretriz Curricular Estadual (DCE) para a Educação do Campo (2006, p.48) “que os alunos continuem a questionar a respeito do mundo, da vida, da sua história etc.”. O que nos remete a importância do trabalho docente que viabilize tal reflexão. Também convergindo com Paulo Freire que parte da realidade do sujeito a DCE (2006, p.48) propõe “pensar em formas alternativas de como encaminhar as práticas pedagógicas já existentes nas escolas do campo”. Remete-nos a especificidade do trabalho dos professores de escola do campo.

É fundamental que o professor estabeleça a relação entre o aluno e o meio no qual está inserido provocando o aprendizado na perspectiva de emancipação como nos ensina Caldart:

Discutir sobre a Educação do campo hoje, e buscando ser fiel aos seus objetivos de origem, nos exige um olhar de totalidade, em perspectiva, com uma preocupação metodológica, sobre como interpretá-la, combinada a uma preocupação política, de balanço do percurso e de compreensão das tendências de futuro para poder atuar sobre elas. (CALDART, 2009. Pg 36)

Trata-se de estar inserido na realidade do campo, em conhecer sua origem de coletividade na raiz da luta de classe, articulada aos desafios do cotidiano para significar a permanência no Campo, encontrando possibilidades de qualidade de vida aliada a sustentabilidade.

Em contrapartida, imersa no contexto, enquanto professora-pedagoga na instituição, ao observar a realidade da CFR percebo a frequência de programas de parceria público-privado, com cursos pontuais de técnicas a serem aplicadas na propriedade, os quais voltam-se praticamente a adaptação do pequeno produtor ao sistema econômico de produção.

Somada a esta realidade, alguns professores que atuam na CFR, são passageiros na educação do campo, devido a classificação do processo de distribuição de aulas. Os professores trabalham em outras escolas, urbanas e do

campo dos municípios vizinhos, ligados ao mesmo Núcleo Regional de Educação. Este contexto possivelmente dificulta ao professor a clareza da especificidade que requer a Educação do Campo.

Outro agravante é a insegurança diante da expectativa da continuidade da CFR que depende da renovação anual do convênio entre Estado do Paraná, Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná e a ARCAFAR – Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil, empresa conveniada à Secretaria de Estado da Educação (SEED) e responsável pela formação técnica dos alunos. Os alunos ao concluírem o Ensino Médio, recebem da instituição a certificação de Qualificação em Agricultura Familiar. Outrossim, no presente ano letivo, não houve a renovação do contrato com a empresa, ficando a responsabilidade concentrada nas demais mantenedoras. Esta situação causa transtornos e insegurança nos profissionais e alunos da CFR, bem como na comunidade escolar, visto que houve significativa redução de matrículas nos últimos anos.

Para assegurar a permanência dos sujeitos no campo com estabilidade e dignidade, fazem-se necessárias políticas públicas consistentes que tratem o campo enquanto território civilizatório, que assegurem condições e direitos sociais à comunidade. Isto demanda infraestrutura e formação profissional que dialogue com os protagonistas do campo, tratados por Caldart como: “sujeitos, humanos e coletivos, que constituíram e fazem no dia a dia a luta pela educação da classe trabalhadora do campo.” (Caldart, 2009. P.37). Neste sentido, vimos a formação pautada na agricultura familiar mediada por tecnologia produzida em parceria com as Universidades aliando a tecnologia à melhoria na produção do alimento um caminho viável.

Para Freire (1988) o caminho rumo a tomada de decisão consciente pautada em conhecimento científico capaz de contribuir para uma sociedade mais justa e humanitária é o diálogo. De modo geral, vimos no diálogo junto aos professores em dinâmica de formação continuada, a possibilidade de propor outras formas de desenvolvimento. Formas estas, que articulem a ciência e a tecnologia no desenvolvimento da sociedade sobre a ótica da agroecologia e da justiça social. E que façam oposição a visão predominantemente econômica no que tange os rumos da Educação do Campo.

Para mediar a proposta baseamo-nos também na perspectiva pedagógica da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). Para Palacios *et al.* (2003) “os estudos CTS

buscam compreender a dimensão social da ciência e da tecnologia tanto de vista de seus antecedentes sociais como de suas consequências sociais e ambientais”. (PALACIOS, et. al, 2003, p.125), método este que a nosso ver aproxima-se às necessidades da CFR, por contemplar a amplitude da formação integral dos sujeitos para a mudança de paradigmas.

Neste sentido, a proposta deste trabalho foi compreender o processo formativo de professores atuantes na CFR através dos seguintes questionamentos: O processo formativo docente condiz com a necessidade de conhecimento social; com um projeto de educação e de sociedade na perspectiva de estabelecimento de relações entre os sujeitos e o meio; com o desenvolvimento de habilidades profissionais baseada na ciência, nas possibilidades tecnológicas a favor do trabalho e da preservação ambiental e aos princípios sociais da coletividade?

Além de apreender sobre o processo formativo e atuação profissional dos educadores do campo nos propusemos a oferecer um espaço de formação baseado nas concepções de educação do campo apresentadas.

## 2 OS CONCEITOS DA EDUCAÇÃO CAMPO

Segundo SEED (2008), a especificidade do campo sem diminuir a oportunidade do aprendizado global carrega dificuldades devido ao menosprezo que historicamente predomina em relação a população que vive no campo. Ainda presenciamos traços de uma educação pensada “para o campo”, sem interação com seus pertencentes. Compreende-se que as políticas públicas precisam pautar-se no preceito do envolvimento da população pertencente ao campo pois, conforme Galiazzi,

A qualidade política faz-se por meio do diálogo aberto e irrestrito, assumindo-se o caráter político e a subjetividade sempre presente na ciência, porque, se ela fosse neutra e objetiva, não admitiria o questionamento sistemático, perdendo assim a condição de discutibilidade. (GALIAZZI, 2014, p.42-43)

Neste sentido, ao nos debruçarmos sobre aspectos políticos e sociais da educação, pouco avançamos em termos de emancipação dos educandos e educadores, imersos historicamente no capitalismo voltado ao progresso econômico que explora o trabalhador e o meio ambiente em detrimento do lucro exacerbado do latifúndio. Contrapondo-se a exploração e em defesa de uma educação integral voltada a consciência social que se dá, no processo dialógico e compromissado com o ambiente vivenciado pelo aluno no seu dia a dia, a prática educativa exerce sua função e pode transformar a prática social do sujeito.

Trata-se mais do que assegurar o acesso, mantendo a instituição funcionando no campo, (o que não deixa de ser um problema, uma vez que os riscos de fechamento de turma e a intenção de transportar os alunos para o perímetro urbano são uma constante), mas principalmente de conceber uma escola unitária que “permite o acesso ao conhecimento produzido historicamente e coletivamente pelos homens, independentemente do local em que vivem.” (ORSO, 2016, p.98)

As especificidades da Educação do Campo nos apresentam (assim como outras singularidades) histórias de transformações da realidade, proporcionadas por situações externas ao campo. Situações que envolvem os estereótipos criados por aqueles que não conhecem, e tem como definição de vida no campo aquela que não mais existe, ou seja, aqueles que consideram as mudanças neste setor da sociedade a sua total extinção. Esta visão da realidade ignora que,

A cultura popular tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali obter a continuidade, através da mudança. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se estabelecem entre o homem e o seu meio, mas seu alcance é o mundo. (SANTOS, 2006, p.327).

Portanto, ao falar de Educação do Campo identificamos neste cenário um ator fundamental do processo educativo da prática social, o professor, o professor do campo. A mediação deste profissional é fundamental na significação do conteúdo em articulação deste com a realidade.

Considerando a realidade das ações concretas desenvolvidas na Educação do Campo, encontramos em Freire (1987) a conceituação de que são tentativas nascidas das lutas em acampamentos, assentamentos e ocupações que formam uma determinada leitura de mundo, uma vez que estes sujeitos se identificam com a resistência ao atrativo do progresso econômico às custas da destruição da vida.

Freire (1987) afirma ainda que a cultura popular e a agroecologia são o caminho da resistência à opressão sobre o trabalhador do campo. É preciso provocar o diálogo que leve a reflexão, explorando a capacidade argumentativa do educador e do educando em relação aos aspectos sociais, políticos, culturais, estruturais e econômicos que refletem na condição atual do sujeito da escola pública.

O trabalho da escola no desenvolvimento humano tem suas particularidades em seus diferentes níveis de ensino. No que se refere a Educação do Campo e o Ensino Médio, objeto de estudo deste trabalho, buscamos propor ao professor possibilidades pedagógicas que considerem em sua prática docente questionamentos como: quem são os alunos do campo? Como, a partir da prática pedagógica o trabalho docente pode ajudá-los a construir uma visão de mundo crítica e histórica a compreenderem sua historicidade, sua condição e posição diante das questões do seu tempo? E ainda, como através da educação estes sujeitos podem desenvolver práticas sociais-democráticas e sustentáveis que ressignifiquem a vida no campo?

Valderio (2016) afirma que ao trabalhar com os alunos do Ensino Médio deve-se defender o campo enquanto território e não somente enquanto local de produção para significar a realidade local, imersa no contexto global. Enquanto caminho para a emancipação e/ou à liberdade humana, pretendemos com este trabalho de pesquisa, refletir junto aos professores formadores a intencionalidade das propostas de “geração de emprego e renda” e “inclusão social” para levá-los a perceber que a mesma está



pautada na propaganda de emancipação, mas que silencia a raiz da cultura e gera condições objetivas de exploração e opressão.

Os Programas de Formação Continuada de Educadores da Educação Básica, tem sido, segundo (Valderio 2016) uma alternativa importante no Centro Sul do Paraná, no sentido de fortalecimento da política Pública em Educação do Campo. Percebe-se que estes têm como pano de fundo a integração da classe trabalhadora aos movimentos sociais organizados e à Universidade, com vistas a concretização do compromisso social para com os trabalhadores do campo e com a habilidade técnica para o trabalho. Podemos compreender que este princípio está assegurado na Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96 no Art. 1º:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996)

A referida Lei fortalece a defesa pela valorização da Educação do Campo e a importância em compreender sua trajetória. Como encontramos em Caldart (2009 p.39) onde explica que: “a Educação do campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo.” A luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido faz a crítica ao modo de conhecimento dominante de nossa sociedade que deslegitima o povo camponês impondo o trabalho produtivo para o capital.

Diante desta situação ancoramo-nos na Diretriz Curricular para a Educação do Campo do Estado do Paraná que denuncia o atraso no reconhecimento desta parte importante da população quando se lê, “A educação rural é considerada a partir do forte movimento migratório interno dos anos 1910 - 1920, quando um grande número de rurícolas deixou o campo em busca das áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo.” (DCE 2006 p.17). Pode-se perceber que embora nosso país seja essencialmente agrário, desde a sua origem, a educação rural no intuito de expandir o ensino e preservar a cultura do homem do campo é recente.

A trajetória da educação do campo, desde a educação rural é de luta e resistência de uma parte da população menosprezada historicamente. Entendemos que é através de Programas de Formação Continuada de Educadores da Educação Básica, pautada na proposta da DCE, enriquecida com alternativas que apontem na

perspectiva da formação humana, que a mudança de paradigmas sobre a educação do campo se efetiva.

### 3 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM PANORAMA SOBRE TESES E DISSERTAÇÕES PUBLICADAS NA CAPES.

Em levantamento realizado no banco de Teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com o descritor “formação de professores da educação do campo” com espaço temporal entre os anos dois mil e treze e dois mil e dezessete resultaram em dezesseis dissertações e duas teses. Em análise preliminar realizada na leitura dos resumos foram pré-selecionados dezoito trabalhos que tratavam da formação para professores da educação do campo. Em um segundo momento de leitura dos trabalhos verificou-se que os trabalhos analisados trazem dados significativos para educação do campo.

Analizamos a partir do banco de dados da CAPES, duas teses de doutorado defendidas em 2013 e 2014 e dezesseis dissertações de mestrado, 03 defesas em 2013, 01 em 2014, 04 defesas em 2015 e 07 em 2016. Já no ano de 2017, até a realização desta pesquisa em dezembro encontramos 01 defesa tratando especificamente da formação de professores para a educação do campo no banco de Teses e dissertações da CAPES. Os trabalhos são apresentados no quadro 1 conforme ano de defesa e nível de ensino.

Quadro 1 – Dissertações e teses selecionadas por ano de defesa

DISSERTAÇÃO		TESE	
2013	3	2013	1
2014	1	2014	1
2015	4	2015	-
2016	7	2016	-
2017	1	2017	-

Fonte: Banco de Tese e Dissertações da CAPES

Os trabalhos analisados apontam para diferentes enfoques da educação do campo, porém, todos enfatizam o papel do professor na possibilidade da educação voltada ao sujeito do campo. O processo investigativo dos trabalhos selecionados foi desenvolvido dentro dos propósitos da análise de conteúdo, que segundo Moraes (1999) constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Nesta direção elencamos 5 categorias referenciadas pelos autores, conforme o quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Categorias emergida nos trabalhos

CATEGORIAS	QUANTIDADES
Realidade local	09
Origem e identidade da educação do campo	06
Propostas Curriculares	13
Políticas Públicas e Parcerias	11
Agroecologia	13

Elaboração: A autora (2017)

Nove dos dezoito trabalhos enfatizaram a importância da valorização da **realidade local** na ação pedagógica da Educação do Campo. Foram pautadas as especificidades locais no sentido do território e de coletividade, neste escopo caberia ao professor, imerso neste contexto reconhecer as características culturais da comunidade que cerca a escola do campo.

Segundo o autor a educação deve elencar na metodologia pedagógica os sentidos produzidos nas experiências locais e na singularidade dos sujeitos do campo. Neste sentido, (CAMACHO, 2014) explica o papel da Educação do Campo na existência cultural e política do campesinato onde impera a territorialização capitalista do campo.

Afirma ainda que a atenção deve estar voltada, no entanto a oposição a mercantilização do campo, que atrai também o pequeno produtor ao “empreendedorismo” desenfreado. Concordamos com a ideia do autor compreendendo que o entendimento em relação a sua própria condição, ao seu mundo vivido pode provocar reflexões sobre possibilidades de melhorias na qualidade de vida no campo.

Seis dos dezoito trabalhos publicados pontuaram a **identidade e a origem** da educação do campo. Segundo (RAMOS, 2013) a articulação entre teoria científica, a questão política e a realidade compreendida na pesquisa didática, aproximam teoria do conhecimento, teoria pedagógica, e as metodologias específicas ao projeto histórico definido. Ideia esta que contribui com a superação da fragmentação entre o ensino, a pesquisa e a realidade que envolve os sujeitos do campo.

Ainda neste viés o autor pontua a história do surgimento da Educação do Campo, atrelada a luta de classes e a questão agrária. O autor enfatiza tal afirmação fundamentado no educador brasileiro Paulo Freire (1989), que por sua vez defende a tese da educação do campo com raízes direta com os movimentos sociais voltados à reforma agrária. Para Freire a educação do campo identifica-se com as tentativas de superação nascidas das lutas em acampamentos, assentamentos e ocupações. Vemos nestas entidades, importantes aliadas na resistência e no enfrentamento ao atrativo do progresso econômico, que levam o agricultor a competir no mercado às custas da destruição da vida.

Treze dos dezoito trabalhos trouxeram preocupação com as **propostas curriculares**, embora com enfoques diferenciados, deixam clara a importância do olhar pedagógico, articulando a realidade do campo ao conhecimento científico, artístico e filosófico. Os autores denunciam propostas simplistas, que por vezes marginalizam a comunidade do campo, limitando a proposta pedagógica a especificidade cultural local. Pode-se dizer que o conhecimento fica limitado ao empírico, ou a prática pela prática quando o aluno não consegue através do estudo de determinado conteúdo, compreender-se no contexto para além da realidade imediata.

A consistência do Currículo requer a adequação dos conteúdos ao desenvolvimento sustentável e à prática pedagógica criativa, articulando o resgate de valores e estratégias para manter o aluno na escola e no campo. Outro ponto importante observado nos trabalhos produzidos são os sentidos da formação docente na profissionalização de professores do campo e os sentidos que são produzidos pelos sujeitos em interface com o trabalho docente.

Para Vasconcellos (2004) desenvolver estratégias para acelerar o questionamento, as possibilidades, buscar respostas, refletir sobre e levantar situações problemas que estimulem o raciocínio, são ações didáticas que provocam o aluno a estabelecer relações e significar o conhecimento a partir do entendimento sobre o contexto para superar a condição estabelecida pela problematização.

Esta proposta encontra subsídio na ação docente pautada na base da Pedagogia Histórico Crítica, a qual para Saviani (2005, p. 88) leva à "... compreensão da história a partir do desenvolvimento material, da determinação das condições materiais da existência humana". Enquanto possibilidade de prática social

emancipadora, concordamos com o autor que é num processo dialógico e comprometido com o ambiente vivenciado pelo aluno no seu dia a dia, que a prática educativa exerce sua função e pode transformar a prática social do sujeito.

A necessidade de maior consistência nas **políticas públicas** ficou evidente em sete trabalhos dentre os dezoito analisados. A exemplo de Nickel (2016) o qual refere-se a necessidade de investimento em políticas públicas voltadas a formação continuada aos professores da escola do campo, que possibilitarão um passo a mais em termos de práticas pedagógicas consistentes. Porém, tais possibilidades comprometidas quando as propostas ficam submissas a programas pontuais de curta duração sem continuidade e a mercê de interesses ideológicos dominantes, que pouco ou nada contribuem para a modificação de uma situação historicamente enraizada na ideia de alienação.

A tese de Vighe (2013) trata da adaptação do professor urbano na escola do campo e elenca, além da atenção à rotina do campo, alteração na estrutura dos programas de formação docente voltados a educação do campo. Percebemos que em relação a prática docente no campo os trabalhos argumentam a favor da relevância da formação continuada diferenciada a estes professores. Todos defendem que a formação deve levar em conta a realidade territorial do ambiente no qual o professor do campo está inserido, porém, há discordância na opção por programas formativos, devido à fragilidade no método de ensino das escolas do campo, dependentes de programas pontuais, tal fator foi apontado na maioria dos trabalhos pesquisados.

Referindo-se ao direito à educação, Arroyo (2003) pressupõe que, ao se tratar de educação do campo é necessário criar políticas públicas que incluam o campo enquanto espaço de direito, porque é a Legalidade que garante a aplicação dos recursos necessários à acessibilidade e manutenção das instituições. Entre os aspectos fundamentais que dependem da política pública está a formação continuada dos professores. Formação que necessita ser justificada na parceria entre Universidade, Escola do Campo e Movimentos Sociais, ambos com ideais voltados a formação dos sujeitos autônomos baseados no cooperativismo e na preservação, em oposição as regras ao agronegócio.

Entre os dezoito trabalhos analisados treze apontaram preocupação com a questão ambiental, citando a **agroecologia** como iniciativa prática de produção

alternativa e de valorização da vida. Enfatizando apreensões com os passos largos do progresso econômico que baseado exclusivamente no lucro individual, constrói uma realidade de exploração do homem e do meio ambiente.

As produções analisadas sugerem práticas de preservação da biodiversidade e combate à crise socioambiental. Contudo segundo os autores é por meio da educação voltada para o campo com base na prática interdisciplinar, incorporando ao currículo, conteúdos voltados a preservação da vida, a saúde e a justiça social que tal objetivo tem possibilidades de ser atingido.

#### 4 OS CAMINHOS DA PESQUISA

O percurso metodológico seguiu os pressupostos da pesquisa qualitativa do tipo exploratória. Na pesquisa exploratória como o próprio termo menciona pretende-se explorar um assunto sem conclusão nas suas variadas faces. A pesquisa exploratória é normalmente de natureza qualitativa como se propõe este trabalho. Segundo Gunther (2006, p. 202) “é percebida como um ato subjetivo de construção”.

Neste trabalho, buscamos a compreensão do processo de formação dos professores da Casa Familiar Rural (CFR) do município de Três Barras do Paraná no contexto da Educação do Campo e como estes lidam com o desafio das especificidades da escola do campo na CFR que possivelmente exige uma prática pedagógica diferenciada em relação a escola regular de Ensino Médio.

Também foi proposta deste trabalho elencar aspectos da identidade da CFR de Três Barras do Paraná – PR e compreender as características formativas voltadas à formação do sujeito do campo, e ainda caracterizar a influência ideológica de parceria da CFR com entidades privadas e em contrapartida, analisar os possíveis diálogos existentes entre os Movimentos Sociais, a Educação Básica e a Universidade.

A constituição dos dados está pautada no estudo de caso. A partir de questionário aberto aos dez professores, que no ano letivo de 2017 trabalharam na CFR. Os dados levantados serviram de base para a elaboração de uma proposta de formação continuada aos professores da educação do campo do município de Três Barras do Paraná – PR.

A proposta apresentada aos professores vislumbra um processo de construção de um novo olhar sobre a realidade na qual está imerso e professor do campo, baseado na compreensão da própria identidade articulada aos princípios dos movimentos sociais e das universidades, em oposição à exploração ideológica do agronegócio e na construção de qualidade de vida para a comunidade.

Encontramos subsídios em Brandão (2000) que explica a Antropologia Social relacionada com o papel da escola no processo de desenvolvimento da educação do campo. É importante considerar o espaço do campo pela sua realidade heterogênea onde vivenciam-se diferentes dificuldades de aprendizagem por parte de crianças, jovens e adultos, vítimas do imaginário social ainda presente, de um período de



separação entre quem detinha o conhecimento e de quem exercia o trabalho manual. Sabemos das inverdades construídas sobre esta população, uma delas, a de que o trabalhador do campo não vê necessidade de apropriar-se do conhecimento elaborado. Propomos neste trabalho aproximar o conteúdo científico universal à vivência dos protagonistas do Campo, seus sujeitos.

A ideia de formação continuada buscou também aspectos das abordagens Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) que segundo Santos (2007, p.2) “ trata das inter-relações entre explicação científica, planejamento tecnológico, solução de problemas e tomada de decisão sobre temas práticos de importância social”. Compreende-se neste sentido uma dinâmica diferenciada de formação para os professores da CFR, não enquanto receita didática, mas como proposta de articulação da tríade CTS ao conteúdo do currículo.

Entendemos que o educador precisa inserir-se na realidade, conhecer a História dos educandos, que suas emoções e experiências são elementos indispensáveis para tornar o conhecimento acessível. Vimos nesta perspectiva oportunizar ao docente, verificar suas fragilidades e superá-las dando uma nova dimensão ao processo de aprendizagem. Almejamos um conhecimento sócio antropológico via reconhecimento da realidade existente, atrelada a constituição do Projeto Político Pedagógico, promovendo a interação dos sujeitos do campo, alunos, docentes e comunidade.

Na efetivação dos trabalhos nos ancoramos na proposta de educar pela pesquisa, pois segundo Galiuzzi (2014, p.110) “as teorias curriculares, quando assumidas e enriquecidas pelo trabalho desenvolvido com coleta de dados, análise de textos, discussões e reflexões individuais e coletivas objetivam a evolução das próprias ideias.” As opções que constituem tal proposta convergem com o entendimento de que o olhar do professor sobre a realidade e sua compreensão sobre ela são fatores predominantes na ação pedagógica voltada a formação alternativa e possível de significado para o discente do campo.

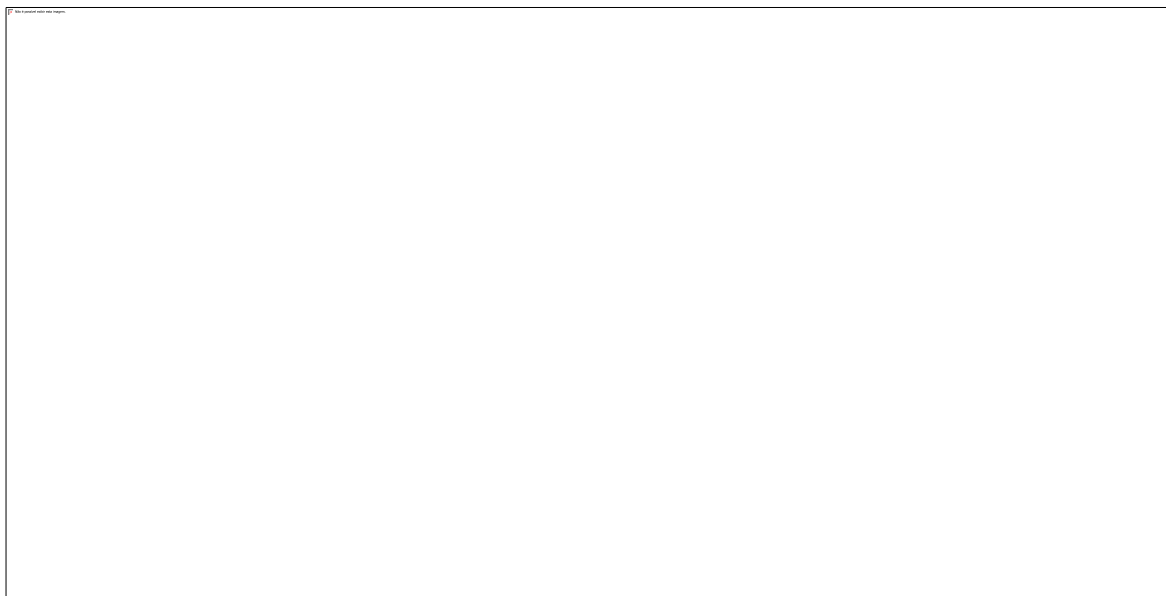
#### 4.1 A Educação do Campo nas vozes dos professores da CFR

O processo de análises se desenvolveram por meio da análise de conteúdo proposto por Bardin (2011). Das questões respondidas pelos professores foram

elencadas categorias que representam o sentido da fala dos professores. Para identificar os professores colaboradores na pesquisa utilizaremos os signos P1 à P8 uma vez que 02 entre os 10 Professores não devolveram os questionários.

Na questão 01, a totalidade dos professores demonstraram preocupação com as especificidades da educação do campo, segundo os docentes tais particularidades devem ser dimensionadas na prática docente. Na figura 01, evidencia os pontos destacados pelos professores quanto as particularidades a serem considerados.

Figura 01 – Aspectos relacionados à demanda específica



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Para seis professores a realidade social dos alunos nos diferentes espaços têm grande influência no desenvolvimento e deve ser considerado pelo professor ao planejar as atividades, exemplificado por P1 “Quando se consegue relacionar o conteúdo com o dia a dia do aluno isto reflete positivamente em seu rendimento”. A ideia aparece também na resposta dada por P2 “O trabalho docente deve resgatar a identidade, os valores culturais e a origem da educação do campo aproximando a teoria científica com a realidade”. Neste sentido compreende-se que aquilo que tem significado na vida cotidiana tem maiores chances de ser compreendido. Ao considerarmos tais particularidades sociais e locais estamos afirmando para o aluno oriundo de tal realidade que ele tem sua importância no processo e que todo o

aprendizado que se busca tem como objetivo ampliar seus horizontes e não os recriar em bases diferenciadas daquelas até então conhecidas.

A valorização dos costumes e da cultura como pano de fundo das ações docentes podem servir de motivação aos alunos numa diária construção de identidade com o seu próprio universo.

Em duas respostas os docentes evidenciaram a importância da valorização do território na construção dos sentidos do aprendizado. Ghedin (2012, p.113) refere-se à “ação pedagógica que se cruza com práticas de significado, identidade social e poder”. O professor deve ter o cuidado para não apenas reforçar o projeto dominante que expressa a visão do campo enquanto território de atraso e ou de conquistas individualizadas. Concordamos com o autor quando afirma também que é necessário ao professor ter claro que a educação é um campo de luta e que para a prática pedagógica precisa equipar-se com elementos teóricos e práticos que atendam uma proposta de mudança de visão sobre o campo centrado na coletividade dos sujeitos.

Ainda no sentido de compreensão da realidade do aluno três professores mencionaram o contexto histórico como fator de relevância nos trabalhos com os alunos da educação do campo. Ao se falar em contexto histórico, social ou qualquer outro adjetivo advoga-se a favor da necessidade de conhecimentos prévios por parte do professor quanto ao espaço e as pessoas com que trabalhará, porém, tal conhecimento e/ou entendimento não diz respeito somente ao professor, mas a todos os envolvidos pois de tal compreensão dependerá outro ponto importante na formação desse aluno apontado por três professores, a consistência de currículo que articule o conhecimento científico, a leitura da realidade e a ação sobre o meio.

O currículo atrelado a representação simbólica da produção de bens materiais, de controle ideológico e ao olhar hegemônico na naturalização do acúmulo das riquezas por minorias se constitui em risco eminente a autonomia da vida humana. A preocupação em romper com a trajetória de preconceito e discriminação em relação aos sujeitos do campo é uma bandeira levantada nas DCEs:

Os sujeitos do campo têm direito a uma educação pensada, desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais. Sendo assim, as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo denotam um importante instrumento para a construção de uma educação pública e gratuita de qualidade, presente e que respeite e valorize a diversidade humana, contribuindo assim com a construção de uma sociedade cada vez mais justa e solidária. (SEED, 2006, p.09).

O papel do professor, na efetivação da proposta curricular é fundamental para o resultado de uma construção histórica da realidade da sociedade, estruturado muitas vezes de acordo com interesses socioculturais e políticos, é na ação diária do professor que o currículo afeta a vida do aluno e da comunidade, portanto precisa ser construído de forma dialógica com os autores do campo.

Pensar um currículo com responsabilidade social e política é critério para desenvolver alternativas de vida mais humana no campo, voltadas às problemáticas sócio educacionais, políticas, climáticas e ecológicas. O foco na qualidade de vida e na luta por políticas públicas que garantam o acesso universal a educação ainda é o desafio maior para concretizar as oportunidades de vida no campo.

Todos os professores entrevistados relataram suas preocupações com a realidade social dos alunos da CRF, porém, tais preocupações contrastam com as ações desenvolvidas em sala de aula, como explícito na resposta de P5 “Ao trabalhar com alunos do campo é preciso trazer exemplos que caracterizem o que eles conhecem”. Ao descreverem suas aulas é possível perceber indícios de um processo de transmissão de um conjunto de conteúdos científicos e sociais e ausência de discussões e análises no contexto local e mundial.

Neste viés também seguem as respostas de dois professores que relatam sobre a valorização do território do campo P6 “É preciso valorizar a cultura e os costumes do Campo na sala de aula”. P7 “Ao planejar as atividades é preciso considerar as particularidades do Campo para significar o conteúdo”. Remete-nos a Valderio (2016) quando afirma que o território do campo significa mais que um local de produção, reflete os sentidos da comunidade imersa no contexto global.

Uma das características da CFR, que pode diferenciar a ação docente do campo em relação a urbana, embora não tenha sido citada pelos professores é o currículo organizado a partir da pedagogia de alternância. A primeira experiência de alternância na educação que se tem conhecimento aconteceu na França em 1935 com a constituição das Maisons Familiaes Rurales. Tal organização se originou de debates em torno do assunto, iniciado após a recusa de um jovem do campo a frequentar uma escola urbana. No Brasil, somente em 1968 organizou-se a primeira experiência no estado do Espírito Santo. (SOUZA, J. V. A. ANO).

Os objetivos do regime de alternância nas escolas rurais é o respeito pelos

tempos do campo, que diferem dos tempos urbanos, aceitação das características culturais da região, pelo tempo de produção, com um calendário flexível e propostas pedagógicas diferenciadas para viabilizar a relação escola e agricultura familiar, significando a permanência do jovem no campo. A ausência de referência a este currículo nas falas dos professores pode representar também ausência de conhecimento do espaço de trabalho, do contexto social, fatores que podem ser determinantes no objetivo planejamento das aulas.

As atividades docentes na educação do campo como defende Araújo (2006) deve voltar-se ao protagonismo dos que vivem da terra, e o caminho possível são as experiências didáticas voltadas ao desenvolvimento sustentável local, ao fortalecimento da agricultura familiar, com crédito, assessoria técnica e o uso de recursos naturais que contribuam para a auto sustentabilidade de identidades culturais locais. Nesta perspectiva a parceria com os movimentos sociais e as Universidades abrem o caminho para a efetivação de uma proposta que atenda às necessidades do campo.

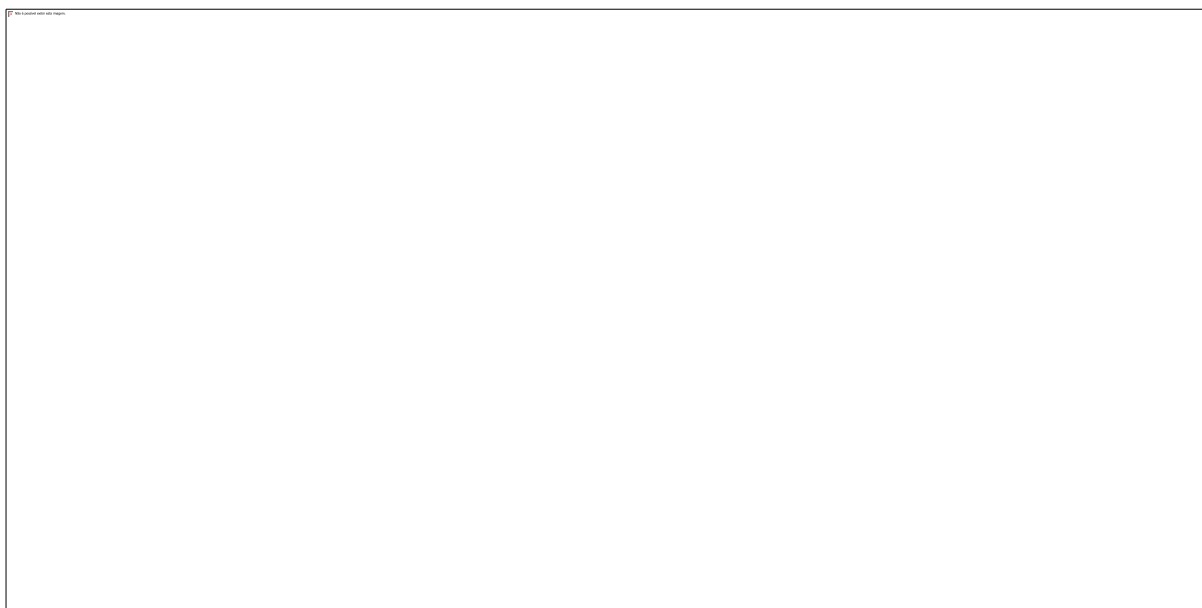
Os professores pontuaram suas fragilidades conceituais como aparece na resposta de P5 “O aluno do campo é diferente, tem outras experiências que não aparecem no currículo e cabe ao professor criar estratégias para aprofundar o conteúdo porque o currículo não deixa isso claro”. Já P7 afirma: “É preciso adaptar os conteúdos porque o currículo não é consistente nas questões da realidade do Campo”. Ao pontuarem a “falta de consistência do currículo”, os professores novamente demonstram pouco envolvimento/conhecimento com questões que se inter-relacionam com a ciência, a tecnologia e a sociedade. Pois no momento em que o professor tem clareza sobre o papel da ciência e da tecnologia na vida dos cidadãos, ao caracterizar a inter-relação dos problemas sociais, ecológicos e políticos tem também subsídios para discutir didaticamente com os alunos a intervenção na realidade. Podemos afirmar que a consistência do Currículo em regime de alternância, requer também embasamento teórico para provocar a aplicabilidade dos estudos na ação consciente voltada ao desenvolvimento sustentável, à prática pedagógica criativa, articulando o resgate de valores e estratégias para manter o aluno na escola e no campo.

É certo em toda e qualquer profissão que o seu processo formativo é base para o desenvolvimento das ações profissionais. A complexidade e ao mesmo tempo as particularidades que envolvem a formação docente são identificadas nas falas dos

entrevistados no que se refere a sua constituição profissional.

Na figura 02 destacam-se as categorias que emergiram e que refletem algumas angústias e contradições em relação ao processo formativo dos professores pesquisados.

Figura 02 – Aspectos relacionados à formação profissional



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Os reflexos da formação na atuação enquanto professores da educação do campo na CFR são explicitados pelos professores quando pontuam a ausência desta especificidade, e seus processos formativos. Foram apresentadas ausência como a contextualização dos conteúdos e articulação entre teoria e prática, essencial em qualquer ação formativa.

Os professores P1 e P2 responderam que a educação do campo não esteve contemplada em sua formação. A formação que contemple as perspectivas da educação do campo é uma demanda que se faz presente no meio, porém, ainda é um desafio. Uma conquista contemporânea são os cursos superiores de licenciatura para a educação do campo, no entanto o processo ainda carece de uma mediação entre a universidade, os formados nesta área, a escola e alunos do campo. Tais lacunas são segundo de P1 e P2 amenizadas pela sua opção de formação continuada específica para a educação do campo. Mas ainda esse tipo de formação demanda maior

aprimoramento e imersão no contexto local.

Cabe ressaltar que apesar dos problemas neste sentido, o ensino superior com foco na educação do campo teve avanços importantes, pois não muito distante na história das escolas rurais os professores não tinham formação superior. Tal avanço foi também identificado no trabalho de Gatti, Barreto e André (2011). Segundo os autores, o percentual encontrado na pesquisa de 80% dos professores nos municípios analisados com formação superior em licenciatura “revela uma evolução na qualificação inicial do professorado em geral”. (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011, p.184). Contudo, a ausência de formação específica para o trabalho nas escolas do campo pode ser evidenciada nas falas dos próprios docentes ao relembrar suas trajetórias escolares, fato identificado na fala de P1. “Na infância fui aluno de escola pública do campo mas só na Pós-Graduação identifiquei a necessidade do trabalho diferenciado da cidade”.

Mesmo que o então aluno, hoje professor não tenha reconhecido as diferenças entre um ou outro espaço ele identificou a igualdade nos diferentes ambientes. Apesar da denúncia de formação inicial que não contemplou as especificidades da educação do campo hoje em seu lócus de trabalho, P1 relatou que a fundamentação teórica e as discussões desenvolvidas no âmbito de sua formação lhe proporcionaram a habilidade em relacionar os conteúdos com o contexto.

P3 e P4 afirmaram que seu processo de constituição profissional lhes possibilitou aplicar a teoria do conhecimento científico na prática. Tal condição representa é claro um aspecto positivo quanto a formação, porém, há certa contradição pois à que prática referem-se já que por unanimidade os docentes afirmaram não terem contemplados em suas formações as especificidades da educação do campo? E também quando afirmam a inconsistência do currículo? Ao tratarmos de prática social e educação compreende-se que é por meio da ação dialógica do professor, no seu posicionamento fundamentado e vinculado aos princípios da coletividade e de luta de classe que dá origem e significado a uma educação do campo voltada aos princípios de seus sujeitos. O processo de formação docente voltado a educação a participação social, pode servir de parâmetro na construção de valores que mudem os rumos da história excludente dos sujeitos do campo.

Outro ponto identificado na fala dos professores da CFR no que se refere ao

trabalho em sala de aula e os seus processos formativos, diz respeito a contextualização. P5, P6 e P7 afirmaram que podem relacionar os conteúdos da disciplina com a realidade local. Da mesma forma P8 também afirmou que a formação lhe possibilitou planejar as aulas a partir das necessidades do aluno e a valorizar o conhecimento prévio. Porém, ao mencionar o conhecimento prévio dos alunos o professor não está necessariamente tratando de conhecimentos oriundos do dia a dia do aluno do campo, e sim de conteúdos apreendidos anteriormente que podem não terem tido conexões com o contexto social vivido.

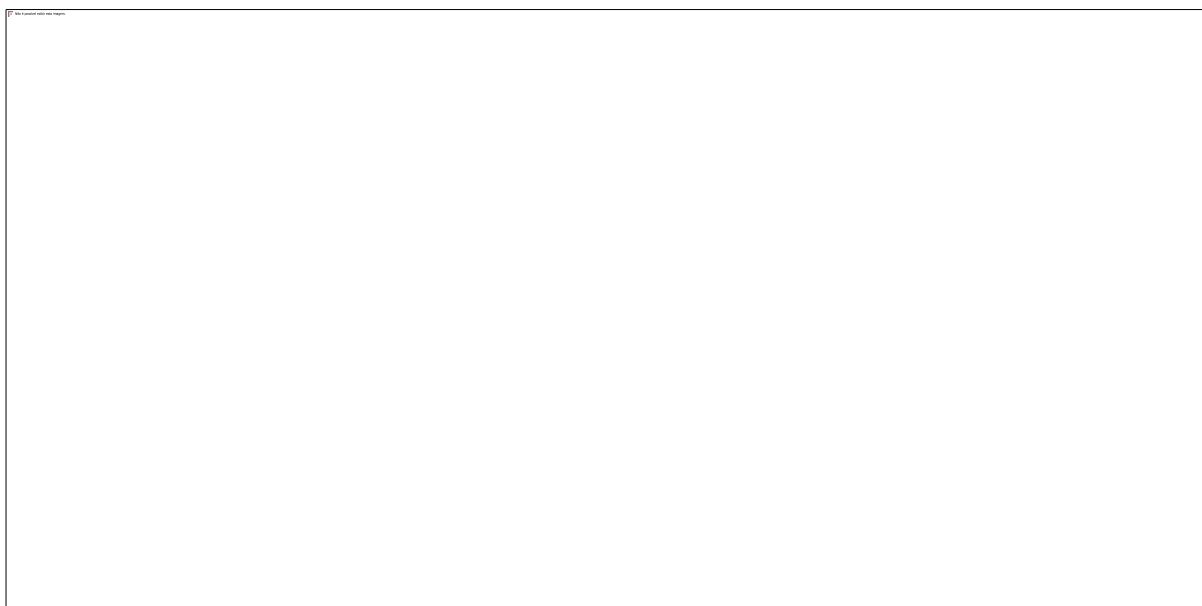
A provocação a partir do que o aluno já domina, exige do educador além do conhecimento científico percepção dos fatos históricos e sociais, pois, se a ideia de infância na educação do campo expõe em sua história a educação baseada no ensino passivo e abstrato, é a ação docente que deverá contrapor ideologias dominantes e promover superação.

Demo, (2004, p.17) se refere ao professor como profissional capaz de “promover o ensinamento da inconformidade diante das injustiças e mostrar que por meio educação somos capazes de decidir mudar o mundo, de melhorá-lo”. A emancipação docente na construção de possibilidades de permanência no campo com qualidade de vida é ponto fundamental para a subsistência da educação do campo. Para tanto é necessário mais do que a intencionalidade, são necessários suportes de formação efetiva aos profissionais atuantes neste contexto.

A formação significativa ofertada ao sujeito do campo, passa também pela relação entre as escolas, as universidades e os Movimentos Sociais do Campo, os quais identificam-se na intencionalidade de prover conhecimento científico, criando vínculos com os sujeitos sociais concretos e integrando-os a universalidade da formação, respeitando sua história na busca de novas formas de desenvolvimento baseadas, por exemplo, na agroecologia e no trabalho cooperativo. Neste viés relacionamos na Figura 03 o olhar do professor em relação a articulação entre Educação do Campo, Universidade e Movimentos Sociais que refere a Questão 03, proposta aos professores da CFR.

Figura 03 – Relações necessárias para o desenvolvimento da educação do campo





Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Ao serem indagados sobre a articulação entre a Educação do Campo, Universidade e Movimentos Sociais tivemos diferentes focos no olhar dos professores exemplificados nos relatos: P1 “Esta relação está enfraquecida, consequência do isolamento que reflete da sociedade atual, condição imposta pelo sistema que impede a articulação do homem enquanto grupo social”. Para P2 “Os movimentos sociais do campo tem caráter social e educativo de organização e de pertencimento ao campo, o que identifica o trabalhador e aluno com o campo”. P2 Enfatizou ainda que “a articulação deve ocorrer com as Universidades Públicas e as Universidades e Faculdades Particulares porque a maioria dos alunos irá conseguir vaga na instituição privada”. E segue a ideia de P2 “cabe ao ensino superior promover pesquisas e estudos voltados a articulação dos alunos trabalhadores do campo com os movimentos sociais, para construir ações coletivas contra a exclusão social”. Neste sentido nota-se uma certa carência conceitual em relação a divisão de classes estabelecida em nosso país.

Na resposta de P3 relatou “Na graduação não tive formação sobre a Educação do Campo, mas na Pós-Graduação tive contato com a temática, mas desconheço se há relação da educação do campo com os movimentos sociais”. Apontamos novamente para a ausência de alguns conceitos sociais, filosóficos que permitam tais compreensões. P4 mostrou-se preocupada com a articulação da educação do campo

com os movimentos sociais pela possibilidade do uso da violência conforme afirmativa P4 “O problema é os casos frequentes de violência dentro do MST”, referindo-se ao Movimento Sem-Terra. Outro professor observou a relação por meio da agroecologia, trata-se da resposta de P5 “É uma bandeira defendida pelas instituições diversas, Universidades, Educação do Campo e Movimentos Sociais”. P6 e P7 relataram que esta articulação é fundamental para a formação política e humana, mas que percebem na maioria dos alunos e professores da escola do campo preocupações exclusivamente tecnicista. No olhar de P8 “A articulação é possível e benéfica e é papel da escola conceituar as lutas sociais”.

Em relação as afirmações de P6 e P7 quanto a preocupação da maioria de professores e alunos com técnica e não na fundamentação histórica e política dos conteúdos, corroboramos com Saviani (2016. p. 42) quando afirma que “sem incorporar em sua atividade os avanços tecnológicos não será viável o tão almejado desenvolvimento sustentável”, o autor refere-se a educação acessível aos trabalhadores do campo, o que exige a assimilação dos conhecimentos produzidos pela humanidade, por meio da articulação entre a técnica e a compreensão conceitual do que é nuclear nos fundamentos sociais e filosóficos que constituem o homem e a sociedade aprimorando a cientificidade na defesa da inclusão e da qualidade de vida.

O ideário de violência como característica principal associada aos movimentos sociais personifica a fragmentação e os estereótipos inculcados na opinião das pessoas. Muitos influenciados pela realidade excludente da sociedade ignoram a história do problema agrário no Brasil “caracterizado pela grande concentração da propriedade da terra; pelo uso predatório da terra e dos recursos naturais”. (SAVIANI, 2016, p.34). O autor denuncia ainda o desconhecimento desta situação por parte considerável da sociedade e as causas e consequência de desaprovação da sociedade em relação ao movimento pois “ignorando esta realidade, ignoram também a origem da educação do campo”. A conquista da educação nos moldes que temos hoje se deu no interior da organização do movimento social de um grupo que pensou a educação para a classe trabalhadora conectada a um projeto social, vinculado aos processos sociais concretos.

Um movimento significativo neste processo em nosso país é o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) o qual “surgiu de pequenos proprietários rurais que perderam suas terras e de camponeses que se mudaram para as cidades e, não

encontrando emprego, decidiram voltar para o campo”. (SAVIANI, 2016, p.40). Este movimento é visto por grande parte da sociedade de forma preconceituosa e pejorativa. Em parte em função de um suposto desconhecimento do sentido de justiça social do movimento, que defende as relações entre educação, vida produtiva, formação humana, cultura e história, e em parte pela imagem negativa apresentada pela mídia, aliada a classe dominante.

A mídia como formadora de opinião exerce papel importante no conceito criado pela sociedade em relação a movimentos sociais quando apresenta com maior ênfase casos de violência gerados em situações de conflito, por vezes, providencialmente provocados pelo sistema. E também quando deixa de noticiar os avanços na busca por alternativas de produção propiciadas pelos mesmos movimentos. Ações que acabam por desconsiderar o trabalho desenvolvido por tais movimentos populares organizados.

As lutas em defesa da saúde, da educação, da produção alternativa e de politização dos militantes reflete nas conquistas por direitos da classe trabalhadora. Ainda em relação aos movimentos sociais cabe ressaltar que estes podem também influenciar os professores aos seus propósitos, porém, os resultados da militância seguem passos estreitos na ação docente e no papel social da escola.

A ideia de P8 que entende que a articulação da escola com os movimentos sociais está relacionada ao conceito, remete a leitura histórica da educação do campo, que inicialmente “fundamentava-se nas grandes propriedades de terra. Geralmente havia uma escola na fazenda que servia para alfabetizar as crianças dos empregados.” (BAVARESCO; RAUBER, 2014, p. 84). Esta atividade era desempenhada por professor leigo e para uma população inferiorizada pelo sistema. Posteriormente por questões políticas e sociais passou a ter novos olhares sobre o campo e na década de setenta sobre influência da pedagogia de Paulo Freire e da força dos Movimento Sociais do Campo avançou-se em termos de pensamento crítico sobre a questão agrária.

Canário (2000) explica que a educação do campo ganha um novo sentido, quando associada por uma educação e escolarização para uma população historicamente alijada das políticas públicas. Afirma ainda que a educação do campo deve levar em seu projeto ações políticas que em si são educativas e direcionar a formação não só para o aspecto técnico e escolar, mas essencialmente político.

A partir da década de 90 com a força do agronegócio, vivenciamos mais fortemente a contradição, onde a tecnologia de ponta concentrada no poder do grande proprietário explora de forma degradante o trabalhador e o meio ambiente. Diante da situação posta e da ideia inicial da professora, entendemos a necessidade de conceituar a educação do campo, enquanto território de resistência frente a nucleação das escolas, em defesa da cultura e da identidade de seus sujeitos e na busca de novas formas de comercialização dos alimentos. Aspecto que diferencia a agricultura familiar na defesa do valor nutricional dos alimentos e ascensão social do pequeno produtor rural para a constituição da vida digna em comunidade.

#### 4.2 Proposta de Formação Continuada aos Professores da CFR

Seguindo a ideia de Auler (2002) no sentido de conhecer o pensar do professor para respaldar ações que superem compreensões consideradas pouco consistentes e contribuir na superação de lacunas possivelmente presentes no processo formativo, propomos neste trabalho, trilhar caminhos na educação, a partir do desenho de uma ação de interesse do grupo social ao qual estes professores estão inseridos, ou seja, na educação dos sujeitos do campo.

Fundamentadas na abordagem Ciência Tecnologia e Sociedade (CTS), como ferramenta para significar o ensino e a aprendizagem, partindo das controvérsias sociais sobre a educação do campo e a formação destes professores, a proposta apresentada aos professores da CFR elencou conceitos de educação, de cultura e de profissionalização docente tendo como pano de fundo a conjuntura social e política do país na atualidade.

Partimos do Tema “A prática docente para os sujeitos do campo”, com vistas a encontrar estratégias nos conceitos científicos e na lógica do entendimento contextualizado das questões práticas de sala de aula do Ensino Médio, público atendido pela CFR do Município de Três Barras do Paraná.

Para Pinheiro (2014, p.60) “a pesquisa sobre a prática de sala de aula é um artefato importante para que se avance na compreensão de como melhor desenvolver o enfoque CTS em sala de aula”. A ideia do tema impulsiona a tomada de decisão sobre o que esperamos do aluno do campo? Se a proposta é valorizar o sujeito do campo, a tomada de decisão deve trazer sentido à vida no campo, com experimento

de estratégias que valorizem o efeito da ciência a serviço da comunidade, com ideias alternativas de fazer uso da tecnologia para resolver problemas práticos, vinculando-os aos aspectos históricos, sociológicos e econômicos, ou seja, fazendo a inter-relação de como a ciência depende da tecnologia, da sociedade e reflete na vida das pessoas. Assim partimos do tema social para estudar o conceito e relacioná-lo com a realidade, intervindo sobre a mesma.

Para discutir junto aos professores a importância da participação democrática do coletivo nas questões da ciência que reflete diretamente a realidade do campo e no impacto ambiental estudamos com eles o texto “O papel da natureza da ciência na educação para a cidadania” (PRAIA; GIL-PÉREZ; VILCHES, 2007), o qual traz a relevância da natureza da ciência na formação científica e, em particular na formação da cidadania para a participação social na tomada de decisões.

Segundo os autores, a educação pela alfabetização científica e articulada ao enfoque CTS, subsidia a assumir responsabilidade em oposição frente as situações reais como por exemplo, aos riscos e consequências a médio e longo prazo da aplicação de produtos químicos inovadores para a produção sem a avaliação criteriosa dos riscos para as pessoas e ao meio ambiente. Ou seja, no debate prático de que os estudos e as investigações realizadas demonstram para tirar um maior proveito na potencialização do trabalho local.

Não desconsiderando a relevância das pesquisas aprofundadas em laboratórios, mas aplicando a assimilação dos conceitos a análise da experiência vivenciada no meio com princípios democráticos, os quais traduzem o significado da educação popular proposta na dialógica de Freire (1987), de que a mudança não é estática mas que se faz no movimento dos grupos de base de forma organizada, partindo da realidade vivenciada e ganhando rumos na indignação frente a mesma, no impulso pela transformação pelo conhecimento elaborado. Conhecimento este que não é isolado e que toma forma no movimento integrado entre grupos com interesses comuns, no caso da educação do campo, a tríade educação básica, os movimentos sociais e as universidades.

O projeto de formação continuada foi organizado por meio de projeto de extensão oferecido pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS Campus Realeza. O curso foi organizado em encontros quinzenais, com temáticas específicas

por professores da universidade voluntários no projeto conforme cronograma de ações estabelecido no quadro 3.

Quadro 3 – Cronograma do curso de formação dos professores da CRF

<b>ENCONTROS</b>	<b>TEMA DISCUTIDO</b>
1 e 2	Conceituação de Educação do Campo
3 e 4	História da Educação do campo no Brasil: mobilização pela escola do campo
5 e 6	O acesso e permanência às escolas do campo: o que dizem as políticas públicas.
7 e 8	Coletivo Permabio: Práticas e conceitos de Permacultura, Bioconstrução, Agroecologia e Economia Colaborativa;
9 e 10	O homem do campo na contemporaneidade.
11 e 12	A constituição da educação do campo na região sudoeste do Paraná. Estudo de Campo-Assentamento do MST.

Fonte Elaborado pela autora, 2018

Até o fechamento deste trabalhos foram realizados oito encontros. As discussões sobre os conceitos de educação do campo, história e políticas públicas voltadas a educação do campo evidenciaram as carências e as angústias dos professores sobre a temática e sua prática diária.

O fator interessante surgido nas discussões realizadas é que mesmo sendo todos filhos da escola do campo, os hoje professores não se veem neste contexto. Ao falar sobre o aluno ou a escola do campo as falas foram sempre de alguém que fala de fora, porém, ao lembrar passagem da vida como estudante muitos retratam situações muito próximas daquelas vivenciadas hoje com seus alunos. Tal situação pode evidenciar o ensino descontextualizado pelo qual passaram.

Outro fator importante surgido nas falas foi o desânimo e a acomodação em relação ao cenário atual, uma quase que total ausência de crenças nas políticas públicas para a educação do campo, percebida em falas como a de P4: “não sabemos se vamos ter casa ano que vem” (Aula, 3). Referindo-se a Casa Familiar Rural. Como ensinar o jovem do campo a lutar pelo seu espaço quando nem o próprio professor acredita? Apesar dos problemas serem evidentes acredita-se que espaço de formação é a chave para qualquer mudança. Proporcionar ao professor momento não só de escuta, mas também de fala, de pesquisa sobre sua própria prática, sobre a sua

formação pode despertar a necessidade de busca contínua por conhecimento e reconhecimento do mundo vivido.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa constatou a dificuldade do professor da Educação do Campo em apresentar aos seus alunos possibilidades de qualidade de vida no campo, contrapondo a narrativa ainda muito presente de que o espaço de oportunidades está exclusivamente na cidade. Este olhar faz-se presente no discurso cotidiano e no imaginário social até mesmo de professores do campo ao não se reconhecerem enquanto atores sociais do meio onde vivem.

A proposta de intervenção em andamento dialoga com a prática cotidiana do professor, contextualizada e relacionada ao conceito de campo no decorrer da história. Para o desenvolvimento do trabalho docente na educação do campo é imprescindível que o professor compreenda sobre a origem da condição de suposta inferioridade imposta pela sociedade ao sujeito do campo. Neste viés contextualizamos a história da posse de terras brasileiras e a concentração de grandes proprietários que preconizam o acúmulo do capital destruindo os recursos naturais e desapropriando o pequeno produtor.

Fundamentamos o momento de estudo em Ghedin (2012 p.188) onde afirma: “a posse da terra é direito fundamental ao cidadão do campo que tem nesta sua condição específica e digna de trabalho, seu meio de produção e historicamente seu espaço de luta”. Para a melhor compreensão exemplificamos atividades bem sucedidas de trabalho coletivo desenvolvido com consciência ambiental e trabalho cooperativo como demonstrado em Valderio (2016) nas experiências bem sucedidas entre UFFS – Campus Laranjeiras e Movimento Social Sem Terra localizado no município de Laranjeiras no estado do Paraná.

Estudamos junto aos professores a ideia de Pistrak (2008) que define a ressignificação do mundo do trabalho articulado ao conhecimento local. Dialogamos sobre a abordagem do conteúdo para a educação do campo, a qual requer um planejamento que leve os alunos a reflexão das contradições e das possibilidades de viver bem no Universo do Campo. Em contradição a ideologia midiática que apresenta o campo como espaço de atraso e que por vezes ridiculariza as culturas populares do campo e criminaliza os movimentos sociais, enaltecendo a grande propriedade e desqualificando a causa da terra e a ascensão social da comunidade do campo. Propomos o contraponto desta situação com didáticas pedagógicas que apresentem



a riqueza cultural campesina e a função do trabalho enquanto realização pessoal pelo resultado da própria produção e seu impacto na saúde do trabalhador.

Preconizamos no processo de formação aos professores compreenderem o espaço do campo enquanto espaço de qualidade de vida, compreendendo que os conteúdos devem articular a conceituação da realidade experienciada, ressignificando a complexidade dos conteúdos e superando estereótipos de atrasos que historicamente inferiorizam a população do campo.

Neste viés os estudos junto aos 18 professores da Rede Estadual que trabalham na Educação do Campo no município Três Barras do Paraná desenham-se na legitimidade da causa coletiva da terra e da agricultura familiar, enquanto ponte para a vida mais digna no espaço social, o que entendemos ser fundamental para a atuação do professor do campo.

A perspectiva CTS vem subsidiando o professor a fundamentar o conhecimento e explorar as possibilidades de aprendizagem num contexto de articulação entre o ato pedagógico e o ato político do educador proposta por Freire (1987), refletindo na sua essência o entendimento da realidade e o indicativo para a tomada de atitudes que valorizam a qualidade de vida e liberdade humana.

Neste escopo constatou-se que há carências formativas dos professores que atuam na Casa Familiar Rural de Três Barras do Paraná, quanto a contextualização, a cultura e o preconceito social. Porém, a que se considerar que estes professores foram “vítimas” desse mesmo cenário, ou seja, tiveram uma formação descontextualizada distante da sua realidade. Apesar disso acredita-se que a formação continuada em parceria com a universidade e com as entidades sociais representativas deste público pode contribuir para a melhoria e até mesmo uma mudança de horizontes.

## 6 REFERÊNCIAS

AULER, D. Interações entre Ciência-Tecnologia-Sociedade no Contexto da Formação de Professores de Ciências. Tese. Florianópolis: CED/UFSC, 2002.

ARAÚJO, S. M. de. Educação Do e No Campo no Brasil: Marcas de Uma Trajetória. <http://www.seer-adventista.com.br/ojs/index.php/formadores/article/view/31/32>  
Acesso em 03-11-2018

BARDIN, Lawrence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAPTISTA, G. C. S. Importância da demarcação de saberes no ensino de ciências para as sociedades tradicionais. *Ciência & Educação*, Feira de Santana BH, v.16, n 3, p.679 – 694 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v16n3/v16n3a12.pdf> Acesso em: 09/11/2017.

BRANDÃO, C. R. Educação Popular na Escola Cidadã. Vozes, Petrópolis, 2000.

CAMACHO, R. S. Paradigmas Em Disputa Na Educação Do Campo. 809 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Est. Paulista Júlio De Mesquita Filho. Presidente Prudente, 2014.

DEMO, P. O Porvir desafios das linguagens do século XXI. Curitiba: IBPEX,2008.

DINIZ, L. DE S. Representações sociais sobre a educação do campo construídas por educandos do curso de licenciatura em educação do campo. 90 f. Mestrado (em Educação) Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível: 02-02-2018

FERREIRA, C. E. A Educação do Campo no Território Velho Chico: Contribuições Histórico-Críticas ao Debate e Formulação De Currículos. 167 f. (Mestrado Profissional em Educação do Campo) Universidade Federal do Recôncavo aa Bahia, Amargosa, 2015.

FERREIRA, Norma S. A. As pesquisas “denominadas estado da arte” In: *Educ. Soc.* [online]. Campinas vol.23, n.79, p. 257-272 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf> Acesso em: 10/11/2107.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

GALIAZZI. M. C. Educar pela Pesquisa. Rio Grande do Sul: Ed. Unijui, 2014.

GIL, A.C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa? São Paulo: Ed. Atlas 4ª Ed. 2002.

GHEDIN, E. Educação do Campo: Epistemologia e práticas. (Org.) Cortez, 2012.

GOMES, D. A. Política Pública de Formação Profissional do Campo: pedagogia da alternância. 132 f. Mestrado (Educação) Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2014.

MACHADO, V. M. Percepções da juventude camponesa sobre a educação do campo na Escola Estadual do Assentamento Sadia/Vale Verde. 161 f. Mestrado (em Educação), Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2013.

MACIEL, L.S.B e NETO, A.S. Formação de Professores. Passado, Presente e Futuro. São Paulo: Cortez, 2004.

NICKEL, M. Formação Continuada De Professores Da Educação Do Campo No Município De Domingos Martins. 319 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal Do Espírito Santo, Vitória, 2012.

OLIVEIRA, A. C. N. DE.A Formação de Professores na Educação do Campo: Uma Reflexão a Partir do Processo Formativo na Escola Núcleo Seráfico Palha do Amaral.151 f. Mestrado Profissional (Educação do Campo) Universidade Federal do Recôncavo Da Bahia, Amargosa, 2016.

OLIVEIRA, C. L. Marcas Da Perspectiva Decolonial No Curso De Licenciatura Em Educação Do Campo (Lecampo): Aproximações e Distanciamentos. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica De Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

ROREIRA, K. P. Estágio supervisionado e possibilidades para uma formação com vínculos colaborativos entre universidade e escola. In ALMEIDA, M. I.; PIMENTA, S. G. (Org.). Estágio supervisionado na formação docente: Educação básica e educação de jovens e adultos. São Paulo: Cortez, 2014. 113-152.

RIBEIRO, D. DAS C. DE A. Problemas Ambientais Causados por Agrotóxicos: A Necessidade da Formação Continuada para Professores da Escola Básica. 134 f. (Mestrado em Química) Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PALACIOS, E.M.G Introdução aos Estudos CTS.  
file:///C:/Users/Fernando%20Florencio/Downloads/Livro\_CTS\_OEI%20(1).pdf  
Acesso em 29-11-2018.

PISTRAK, M. M. Fundamentos da Escola do Trabalho. .Expressão Popular. Curitiba: 2008

Portal Dia a Dia Educação – Programas e Projetos – Casa Familiar Rural – Histórico  
<<http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=18>> acesso em 18/08/2017.

SANTOS, M. A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EdUsp,2006.

CALDART, R.S. Educação do Campo: Notas Para Uma Análise de Percurso.  
<http://www.scielo.br/pdf/tes/v7n1/03.pdf> Acesso em 03-11-18

SEED. Secretaria do Estado do Paraná. Diretriz Curricular Para a Educação do Campo. Curitiba. 2006.

<[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz\\_edcampo.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_edcampo.pdf)> Acesso em 18-02-2018

SAVIANI, D. A Pedagogia Histórico Crítica na Educação do Campo. In: BASSO, J. D. NETO, J.L dos S. BEZERRA M. C. dos S. (Org.). Pedagogia Histórico Crítica e Educação do Campo: Histórias, desafios e Perspectivas atuais. São Carlos SP: Paulo&João editores. 2016. P.16 a 43.

\_\_\_\_\_. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2010.

\_\_\_\_\_. Pedagogia Histórico-Crítica. São Paulo: Autores Associados 9ª Ed. 2005

SILVA, P. T DA. O olhar da escola sobre a juventude do campo na comunidade de mutãs – Bahia: Linhas Que Se Cruzam, Tessituras a se fazer. 123 f. Mestrado (Profissional em Educação do Campo) Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

SOUSA, A. O. DE B. Identidades (Des)Coloniais Nas Práticas De Letramento Do Projovem Campo – Saberes Da Terra. 135 F. (Mestrado em Educação e Ensino) Universidade Estadual Do Ceará, Limoeiro do Norte, 2015.

SOUZA, E. F. DA S. Curso de especialização em educação do campo da UFMS como possibilidades para formação continuada na perspectiva dos educadores do campo na modalidade a distância. 2016 135 f. Mestrado (Profissional em Educação) Universidade Estadual do Mato Grosso Do Sul, Campo Grande.

SPERANDIO, W. B. Formação continuada de professores na escola do campo: com a palavra os docentes do ensino médio. 191 f. Mestrado (Educação) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

TESSMANN, J. M. C. Ensino Da Geografia Nos Anos Finais Do Ensino Fundamental E A Educação Do Campo: Estudo de caso no Município De Canguçu. 130 f. Dissertação Mestrado em Educação) Universidade Federal De Pelotas, Capão do Leão, 2016.

VALDERIO, A. e HAMMEL, A.C. Formação Continuada de Educadores da Educação Básica na Região Centro-Sul do Paraná. Curitiba: Copiart, 2016.

VASCONCELLOS, C. S. Construção do Conhecimento em Sala de Aula. São Paulo: Libertad, 2004.

VIGHI, C. S. B. Da escola na zona urbana para a escola do/no campo: os professores em foco. 128 f. (Doutorado em Educação) Universidade Federal De Pelotas, Capão do Leão, 2013.

<<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1/articles/arroyo.pdf>> Acesso em 30/11/2017.

